



Home

Sala/Modalidades >

Editais e Processos

Atas e Documentos

Recursos

Esclarecimentos

Impugnações

Apenados / Impedidos >

Contratações - PNCP

Banco de Preços

← CONSULTAR ESCLARECIMENTO

Nome do Usuário

Participante

Marcel Silvati de Araujo

MS DE ARAUJO ATACADISTA DE PRODUTOS GERAIS LTDA

Solicitação

Solicitação criada às 16:41 em 01/04/2025

ASSUNTO: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO FORMAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA Prezados Senhores, A empresa MS DE ARAÚJO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, CNPJ nº 26.300.858/0001-65, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 64, inciso I, e art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, renovar seu pedido de esclarecimento acerca das disposições contidas no Edital em epígrafe, tendo em vista a ausência de resposta à solicitação anteriormente protocolada, o que, por si só, configura grave omissão da Administração Pública. Aponta-se, novamente, irregularidade manifesta na adoção do critério de julgamento “menor preço por lote”, que contraria os princípios da competitividade, economicidade e isonomia, conforme jurisprudência reiterada do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP (ex: TC-000825.989.22-0), bem como Acórdãos do TCU (nº 2622/2015 e nº 1793/2020), os quais vedam a divisão por lote sem justificativa técnica detalhada, a qual inexistente no instrumento convocatório. Solicita-se ainda esclarecimentos sobre a exigência indistinta de laudos laboratoriais para produtos que já possuem registro ou dispensa de registro pela ANVISA ou INMETRO, o que afronta o princípio da legalidade (art. 37, caput, CF) e gera restrição indevida à competitividade, especialmente quando não há menção no edital de servidor público habilitado para a análise técnica desses documentos. Diante do exposto, solicita-se que: Seja esclarecida a fundamentação técnica e jurídica para adoção da licitação por lote; Sejam esclarecidas as razões para imposição de laudos laboratoriais genéricos, inclusive para produtos com regulação sanitária própria; Sejam indicados os agentes públicos competentes e habilitados para análise dos referidos laudos; Seja esclarecida a razão da ausência de resposta anterior, sendo tal silêncio incompatível com os deveres da Administração Pública. Adverte-se que a ausência de resposta adequada poderá ensejar impugnação formal, bem como representação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público, com o intuito de resguardar a legalidade e a lisura do processo licitatório.

VOLTAR